

Safr 2007/08

Cenário favorável

A AGROANALYSIS faz uma análise especial do impacto do Plano Agrícola e Pecuário para Safra 2007/08, anunciado em boa hora pelo governo federal. O ponto mais crítico é, sem dúvida, a desvalorização do dólar diante do real. Sem perspectiva de mudança no horizonte de curto prazo, o câmbio é alvo de toda atenção. Os preços das *commodities* precisam continuar em alta para compensar essa situação e o governo em tempo hábil deve desonerar os custos tributários nas cadeias produtivas.

Por sua vez, as dívidas do setor continuam elevadas e não há liquidez para saldá-las. Renegociações serão necessárias nos próximos anos. A redução dos juros é uma boa notícia, pois representa uma queda de 22,9% sobre o custo financeiro dos produtores. Mas, a disponibilidade de recursos controlados atenderá somente a um quarto do orçamento da safra. Inicialmente, a área de produção solicitava R\$ 90 bilhões.

A infraestrutura para melhorar a competitividade dos produtores de grãos, principalmente do Centro-Oeste, é uma questão estratégica a ser perseguida a curto, médio e longo prazos. A logística subtrai a renda do agricultor. As lideranças do agronegócio devem pressionar o governo para priorizar os locais com os maiores gargalos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O balanço de prós e contras o ambiente em torno da agricultura para o plantio da próxima safra de verão aponta para um saldo positivo. Os efeitos da quebra de renda nas safras 2004/05 e 2005/06 não estão superados. O resultado projetado para a renda agrícola nas 20 principais lavouras é de recuperação, porém sem alcançar os níveis de 2003 e 2004.

De fato, o aumento da estimativa para a colheita brasileira de grãos em 2007, a confirmação de uma safra recorde de cana-de-açúcar e o aumento dos preços de alguns produtos, sobretudo a soja, le-

varam o MAPA a ajustar para cima suas previsões da renda agrícola nos primeiros cinco meses do ano.

A mais recente projeção, realizada com dados disponíveis até maio e com valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV, aponta para uma receita conjunta de R\$ 114,5 bilhões, 13,8% superior ao resultado do ano passado (R\$ 100,6 bilhões).

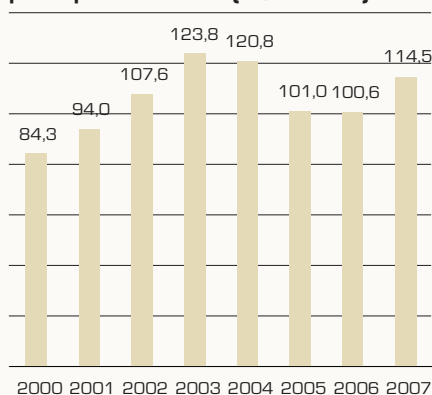
As cinco lavouras com maior renda – soja, cana, milho, laranja e banana, nesta ordem, representam 68,9% do total estimado. Em 2003, quando a renda agrícola das 20 principais lavouras do Brasil bateu seu recorde histórico (R\$ 123,8 bilhões), a fatia das cinco maiores foi idêntica (68,9%), sendo que só a soja representou 31,5%.

Na divisão regional da receita, o Sudeste respondeu por 42,1% do valor consolidado. Em seguida vêm as regiões Sul (33,1%) e Centro-Oeste (23,3%). Depois aparecem Nordeste (14,8%) e Norte (5,6%).

As explicações variam entre as regiões. No Sudeste, a renda disparou em virtude do avanço dos canaviais; no Sul e no Centro-Oeste, é a recuperação dos grãos, o principal alicerce da receita. Mas, sobretudo para o Centro-Oeste, a renda não é sinônima de rentabilidade, por conta:

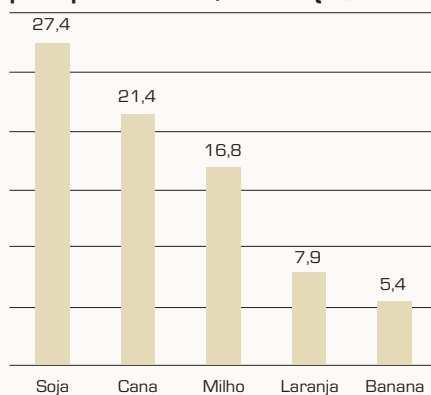
- Das altas dos fertilizantes;
- Dos custos de transporte;
- Da valorização do câmbio;
- Elevado endividamento de muitos produtores.

Brasil: renda agrícola das vinte principais lavouras (R\$ bilhões)



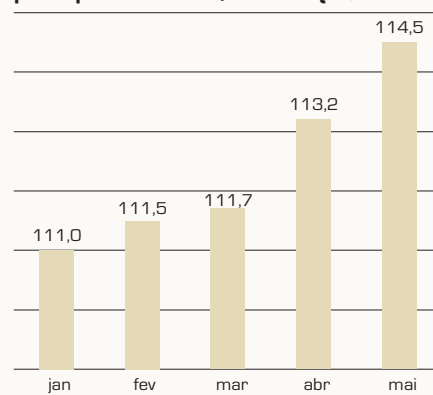
Fonte: MAPA

Brasil: renda agrícola das cinco principais lavouras, 2007* (R\$ bilhões)



*Previsão. Fonte: MAPA

Brasil: renda agrícola das vinte principais lavouras, 2007* (R\$ bilhões)



*Previsão. Fonte: MAPA

Com as margens apertadas, em especial nas plantações mais remotas ou menos eficientes do Mato Grosso, as previsões de aumento da área plantada na próxima safra 2007/08 ficam prejudicadas. Desanimados com os preços e o fraco resultado econômico da comercialização, os agricultores reduziram a área semeada nas últimas duas temporadas.

A estimativa de recorde na safra 2006/07 deve ser acompanhada de uma série de medidas para não frustrar a renda do campo. Os mecanismos de garantia de preços mínimos necessitam ser acionados, em operações como o Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Peppo).

De qualquer forma, prevalece o cenário de aumento de área, principalmente por causa da soja, com aumento de preços no mercado internacional. A febre do etanol aumenta a demanda por milho e reduz a área plantada com a oleaginosa. Não será surpresa a produção brasileira ficar bem próxima da americana na safra 2007/08.

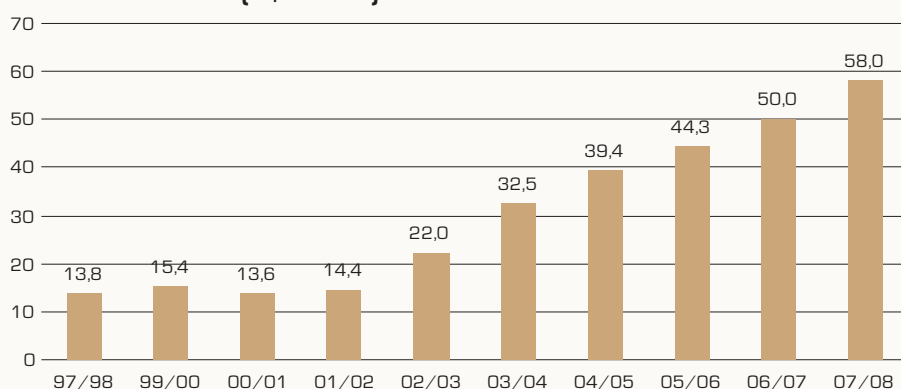
Plano Agrícola

Mais crédito com juros mais baixos

O PRESIDENTE da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, lançaram, em 28 de junho último, o Plano Agrícola e Pecuário (PAP), cujas principais definições foram a redução de juros e o aumento do volume de crédito para investimento, custeio e comercialização da safra 2007/2008.

Crédito – O valor do crédito rural destinado à agricultura é de R\$ 58 bilhões, um acréscimo de 16% em relação à safra anterior. Deste valor, R\$ 49,1 bilhões são para custeio e comercialização e R\$ 8,9 bilhões são para os programas de investimento.

Brasil: crédito rural (R\$ bilhões)*



* Sem Pronaf. Fonte: MAPA

Brasil: crédito rural (R\$ bilhão)

Fontes de recursos	2006/07	2007/08	Variação %
1. Custeio e comercialização	41,4	49,1	18,6
2. Juros controlados	30,1	36,5	21,3
2.1. Recursos obrigatórios	20,4	30,0	47,1
2.2. Poupança rural	8,0	2,5	-68,8
2.3. Proger rural	0,7	2,2	214,3
2.4. Funcafé	1,0	1,8	80,0
3. Juros livres	11,3	12,7	12,4
4. Investimento	8,6	8,9	3,5
5. Moderfrota	3,0	3,0	0
6. Fundos constitucionais	2,2	2,5	13,6
Total geral	50,0	58,0	16,0

Limites de financiamento

	Safra 2007/08	Safra 2006/07
Lavouras irrigadas de arroz, feijão, mandioca, sorgo ou trigo e milho	R\$ 450 mil	R\$ 400 mil
Pecuária bovina e bubalina, leiteira ou de corte	R\$ 150 mil	R\$ 140 mil
Avicultura e suinocultura	R\$ 150 mil	R\$ 120 mil
Investimentos, demais custeios e comercialização	R\$ 100 mil	R\$ 80 mil

Enquadramento no programa de geração de emprego e renda rural: Progerural

Item	Safra 2007/08	Safra 2006/07
Renda bruta anual	R\$ 220 mil	R\$ 100 mil
Limite de crédito por beneficiário*	R\$ 100 mil	R\$ 48 mil

Títulos privados criados pela Lei 11.076/04 (dez 2004 a mai 2007)

Títulos	Movimento
Certificados de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário (CDA-WA) **	R\$ 4,5 bilhões
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) ***	R\$ 1,55 bilhão
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) ***	R\$ 746 milhões

* custeio e investimento. ** emitidos simultaneamente e lastreados em mercadorias depositadas em armazéns, movimentou
*** lastreados em recebíveis, com vencimento futuro. Fonte: MAPA

Juros – A taxa anual de juros controlada, em vigor desde julho de 1998, foi reduzida de 8,75 para 6,75%. Isso representa uma diminuição de 22,9% nos custos destes financiamentos para o produtor rural. O total de recursos com taxas de juros controladas será de R\$ 36,45 bilhões, um acréscimo de 21% em relação ao programado para a safra anterior.

Financiamentos – Foram ampliados os limites de financiamento de custeio, investimento e Empréstimos do Governo Federal (EGF).

Investimento – Os programas de financiamento coordenados pelo Ministério da Agricultura, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contarão com um total de R\$ 8,9 bilhões, ante R\$ 8,6 bilhões na safra 2006/2007.

O número de programas de investimento com recursos do BNDES caiu de oito para seis, sendo que o Moderagro, Proderagro e Prodefruta foram consolidados num único programa, denominado Moderagro II, de forma a aprimorar sua operacionalização.

O limite de crédito por operação no Moderagro II será de R\$ 600 mil. Os demais programas de investimento são: Moderinfra, Prodecoop, Propflora, Moderfrota, Prolapex, Proger-Investimento e Finame Agrícola Especial.

Proger Rural – Para fortalecer a média agricultura, o governo também baixou a taxa de juros do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural) de 8% para 6,25% ao ano. Além disso, o volume de recursos foi ampliado de R\$ 700 milhões na safra anterior para R\$ 2,2 bilhões.

Comercialização – O governo fará leis de equalização de preços, antes do plantio, de modo a garantir aos produtores a comercialização de suas safras em 2008, a preços estabelecidos com base em estimativas do custo variável.

Preços Mínimos – Para produtos amparados por Aquisições do Governo Federal (AGF) e EGF, o PAP 2007/2008 contempla aumento dos preços mínimos vigentes, em nível regional e nacional, para diversos produtos.

Títulos Privados – Os instrumentos são estratégicos para o fortalecimento do sistema privado de financiamento do agronegócio. As operações realizadas com os três principais títulos privados de crédito já movimentaram um valor estimado em R\$ 6,7 bilhões.

Seguro Rural e Fundo de Catástrofe – O governo aumentou as subvenções ao prêmio do seguro rural, de R\$ 31,1 milhões em 2006 para R\$ 100 milhões em 2007. O objetivo é ampliar a abrangência do sistema brasileiro de seguro rural, atualmente da ordem de 2,4% da área plantada.

Dificuldades estruturais relacionadas com o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural e o monopólio do mercado de resseguros, recentemente eliminado, aliado à falta de tradição do produtor em contratar o seguro, são alguns dos entraves para a “fragilidade” do sistema.

Infra-estrutura – Criação de um Grupo de Trabalho para propor decisões referentes a infra-estrutura e logística, com o objetivo de fortalecer a participação da agricultura no Plano de Aceleração do Crescimento.

Prioridades

Agenda de trabalho do governo

COM O plano de envolver a classe política, sindicatos, associações, cooperativas e produtores, o MAPA traçou os seguintes pontos prioritários para o agronegócio brasileiro ser competitivo dentro e fora da porteira:

1. Defesa sanitária animal e vegetal:

O Brasil perde exportações por falta de um bom controle sanitário, seja na febre aftosa, na brucelose ou na tuberculose, que afetam os rebanhos. Na área vege-

tal, a ferrugem asiática da soja gerou um prejuízo de R\$ 2,19 bilhões na última safra. Há outros exemplos, como o bico-do-algodão, a peste suína africana, a vassoura-de-bruxa no cacau e a sigatoka negra – que afeta a produção de banana.

2. Formação do Fundo de Catástrofe

No momento em que as seguradoras iriam entrar no mercado do seguro rural houve duas frustrações de safras (2004/2005 e 2005/2006). Naquela ocasião, as seguradoras se retraíram. É fundamental criar um mercado que opere tranqüilo e com recursos financeiros garantidos

Será encaminhado ao Congresso Nacional um Projeto de Lei que substitui o atual Fundo de Estabilidade do Seguro Rural por um Fundo de Catástrofe. O texto prevê suporte financeiro por meio de subvenção econômica anual do Ministério da Agricultura e garantia da União por meio de títulos do Tesouro Nacional a serem depositados em instituição financeira federal.

3. Investimento em Infra-estrutura e logística

Corrigir a “fragilidade” do Centro-Oeste, onde se localiza a maior produção de grãos e carnes, com investimentos nas rodovias, hidrovias, ferrovias e nos portos, além de uma reforma no sistema de serviços de cabotagem. Existem casos em que o custo de transportes dos estados do Sul para o Nordeste é maior do que o do Brasil para a China.

4. Negociações internacionais

Os países competidores do Brasil impõem restrições que vão desde taxas e sobretaxas até barreiras sanitárias. É preciso continuar o trabalho na Organização Mundial do Comércio no sentido de reduzir as tarifas de proteção, estimadas de 15% a 65% na China; de 30% a 270% na União Européia; de 12% a 350% nos Estados Unidos; e de 40% a 182% na Índia, entre outras.

5. Endividamento agrícola

As adversidades climáticas, impactos dos planos econômicos, mercado interna-

cional e taxa cambial com o real valorizado são as principais causas da falta de capacidade do produtor para quitar seus débitos. A solução está em encontrar um mecanismo de equilíbrio tecnicamente viável, financeiramente suportável e socialmente justo. Apesar do cenário desfavorável, mais de 90% dos produtores que contraíram dívidas para custeio na última safra estão em dia.

6. Bionergia

Acompanhar a expansão da cana-de-açúcar e das oleaginosas que são utilizadas para a fabricação de biocombustíveis, com o estabelecimento do zoneamento e de critérios sócio ambientais. A estimativa é de que a demanda pelos biocombustíveis leve o Brasil a utilizar uma área adicional de até 10 milhões de hectares na próxima década. Atualmente, a área utilizada para a agricultura e a pecuária abrange 300 milhões de hectares.

7. Taxa de juros ao crédito rural

Há quase dez anos, o governo fixou os juros para o setor em 8,75%. Para a safra 2007/2008 o percentual caiu para 6,75%. Com a inflação mais baixa, a taxa Selic (taxa básica de juros) e a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) foram reduzidas. Esse processo deve ser mantido.

8. Insumos agrícolas

Na área de defensivos agrícolas, a Casa Civil coordenou um grupo de trabalho que revisou o decreto que envolvia produção, comercialização e uso dos produtos. O resultado foi uma redução, em média, de 15% nos preços na safra 2006/2007 em relação à safra anterior.

Já no setor de fertilizantes, a produção do agronegócio brasileiro ficará cada vez mais dependente da importação. A demanda nacional é de 22 milhões de toneladas para uma produção interna de 9 milhões de toneladas. Projeções indicam que, em 2015, a demanda será de 30 milhões e, mantida a capacidade instalada da indústria, o país terá que importar mais 20 milhões de toneladas. Isso é um fator crítico para ser analisado por um grupo de trabalho.

Dívida I

Proposta para a renegociação

O GOVERNO criou um grupo de trabalho interministerial composto por representantes dos Ministérios do MAPA e da Fazenda, parlamentares e assessores, com o objetivo de propor medidas que contribuam para equacionar o endividamento agrícola e não prejudicar a contratação de novos financiamentos para a próxima safra.

Os critérios para renegociação serão diferentes por região e por produto. O custo de escoamento da produção do Centro-Oeste é muito maior que em outras regiões do País. A expectativa é de que em quatro ou cinco anos seja criada uma política anticíclica para solucionar o problema do endividamento.

Com dificuldades para pagar as dívidas oriundas da crise provocada após a seca em 2004 e 2005 e pela desvalorização do dólar, os produtores esperam uma resolução definitiva para a questão do endividamento rural. A expectativa dos produtores era discutir a prorrogação das dívidas de custeio e investimento das safras anteriores que vencem neste ano.

Custo dos subsídios e das dívidas agrícolas

Operação	R\$ milhões
1.Subsídios	
Equalização de custeio	2.119,66
Equalização de investimento	1.620,99
Política de preços agrícolas	4.833,27
Pronaf	5.954,38
Pesa	1.931,56
Sub-total [1]	16.459,86
2.Dívidas	
Cacau	4,01
Securitização	8.501,45
Fundo da terra	1.763,73
Fundo Nacional de Desenvolvimento	32,32
Sub-total [2]	10.301,51
Total	26.761,37

Fonte: Tesouro Nacional

Proposta do Ministério

A proposta apresentada pelo Ministério da Fazenda inclui as operações da safra 2007/08:

- Com prorrogação da dívida de custeio, estimada em R\$ 1,4 bilhão, para 12 meses após o vencimento do contrato;
- No caso dos financiamentos para investimento, pagamento de 30% dos débitos neste ano e os 70% restantes pagos um ano após o vencimento dos contratos.

Para as dívidas de aquisição de máquinas (Moderfrota e Finame Agrícola Especial), o governo ofereceu 20% para a rolagem, para os seguintes produtos: Algodão de GO, BA, MT e MS; Soja do DF, GO, MT, MS, BA, MA e PI; milho de MT, GO, MS e BA e arroz do RS, SC e MT.

Para os outros programas (Pronaf Investimento, Moderinfra, Moderagro, Prodeagro, Prodefrutas, Prolappec e PropFlora), ofereceu a prorrogação de 70% para os produtores dos mesmos estados e mesmas culturas e de 30% para os demais.

O governo manteve o bônus por adimplência de 15% sobre a parcela de 2007, o que resultaria num desconto de 3% sobre o saldo devedor. Quem não pagasse em 2007, não teria esse bônus.

Do estoque de dívidas do setor agropecuário brasileiro, de R\$ 139,9 bilhões, o Banco do Brasil detém R\$ 44,5 bilhões, os bancos ligados à Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) têm R\$ 40,2 bilhões e há ainda a parcela transferida para a dívida ativa no Tesouro Nacional.

Dívida II

Composição do valor de R\$ 38,4 bilhões

A RENEGOCIAÇÃO das dívidas agrícolas envolve a rolagem de R\$ 38,4 bilhões em débitos com vencimento neste ano ou já repactuados a partir de 1995.

Dessa quantia, R\$ 20,5 bilhões correspondem a dívidas de custeio, comercialização e investimento prorrogadas desde a safra 2003/04, que vencem a partir deste mês de julho. Há ainda R\$ 5,2 bilhões de programas de investimento com vencimento neste ano.

As rolagens de dívidas de custeio e investimento implicaram num custo estimado em R\$ 10 bilhões ao Tesouro ao longo de dez anos. Antes, o setor foi brindado com um alongamento de 24 anos para dívidas de até R\$ 200 mil, no Programa de Securitização, de 1995, e de 20 anos para débitos acima desse teto, no Programa Especial de Saneamento de Ativo, em 1998.

Os ruralistas exigem uma medida sistêmica de longo prazo como a criação de um programa de parcelamentos de débitos. A adoção de um "Refis Agrícola", semelhante ao programa lançado em 2000, para refinar dívidas fiscais com a União, rolaria débitos de produtores no longo prazo. O Refis previu máximo de 15 anos —, com um recálculo das dívidas, juros baixos (TJLP), sem necessidades de garantias reais adicionais e parcelamento dos débitos com um percentual máximo de comprometimento da renda bruta, além da suspensão das execuções judiciais por inadimplência pelo governo.

Em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, dirigentes dos bancos privados e do Banco do Brasil mostraram um cenário das dívidas rurais. O BB detém um estoque de R\$ 44,5 bilhões e os bancos ligados à Febraban, outros R\$ 40,2 bilhões.

traíram dívidas para investimento e para custeio agrícola de safras anteriores a de 2006/2007 pagarem seus débitos.

A prorrogação é fruto de um trabalho com técnicos dos dois ministérios e representantes das comissões de Agricultura da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

O prazo para quitar dívidas envolvendo operações de investimento é 31 de agosto deste ano, para produtores adimplentes até 31 de dezembro de 2006. Já o custeio das safras 2004/05 e 2005/06, que já havia sido prorrogado antes e com vencimento em 2007, poderá ser repactuado para o ano seguinte, após a data da última parcela, desde que a situação do contratante seja analisada previamente.

Quem foi contemplado

A ampliação do prazo de vencimento das prestações de investimento para o amparo de recursos controlados do crédito rural, vencidas ou por vencer entre 2 de janeiro e 30 de agosto deste ano abrangem as operações: do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Finame Agrícola Especial, Recursos Obrigatórios e Poupança Rural, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Proger Rural e FAT Integrar Rural.

O alongamento das dívidas não provocará alteração contratual, devendo

ser mantidas em situação de normalidade até 31 de agosto. O alongamento das operações de custeio das safras 2004/05 e 2005/06, inclusive as prorrogadas por intermédio do Pronaf, a critério da instituição financeira e mediante análise caso a caso, obedecerá estes procedimentos:

1) As prestações vencidas e não pagas ou com vencimento até 31 de julho deste ano serão apuradas e mantidas nas condições de normalidade até esta data. Será permitida a concessão para pagamento de 100% do valor devido para até um ano após o vencimento da última prestação constante do atual cronograma de retorno dessas operações, mantidos os encargos pactuados para situação de normalidade.

Os produtores rurais e as cooperativas contam também com uma linha de crédito específica para liquidar as dívidas contraídas com fornecedores de insumos agropecuários durante as safras 2004/2005 e 2005/2006. A medida provisória que institui a operação, denominada **Financiamento de Recebíveis do Agronegócio (FRA)** foi publicada no Diário Oficial de 23 de maio último.

A linha contará com R\$ 2,2 bilhões e terá como fonte de recursos as exigibilidades de aplicação em crédito rural, oriundas dos depósitos à vista e da poupança rural.

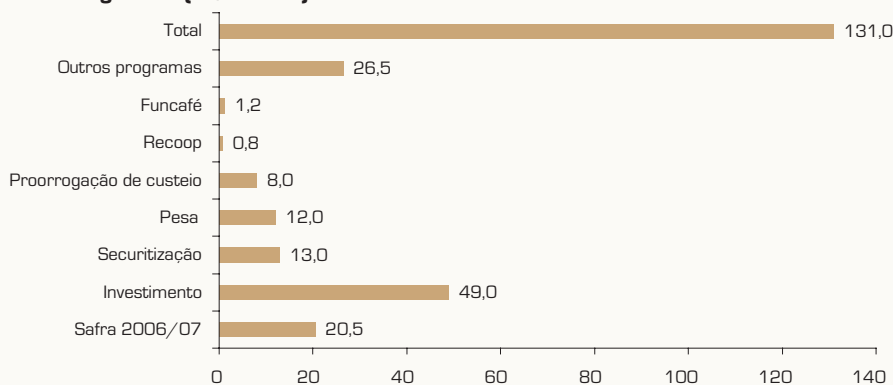
O limite financiável é de até 100% do valor das dívidas, que serão renegociadas em quatro anos, com carência de dois anos. Ou seja, pagamento a partir de maio de 2009, com vencimentos anu-

Dívida III

Novos prazos para pagamento

EM 14 de junho último, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou novo prazo para os produtores que con-

Dívida agrícola (R\$ bilhão)



Fonte: Tesouro Nacional

ais até 2012. Os encargos financeiros são a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescidas de 5% ao ano.

Como o pagamento será feito em quatro vezes, as garantias comprometidas pelos produtores corresponderão a apenas 25% do total devido, envolvendo apenas a parcela do ano. Isso significa que o produtor terá maior disponibilidade de garantias para assumir outros compromissos e mais tranquilidade para continuar desenvolvendo suas atividades produtivas.

Para concessão do financiamento, os bancos poderão constituir um fundo de liquidez, que dará garantia aos financiamentos contratados. Esse fundo será composto com os seguintes recursos: os produtores entram com uma taxa de adesão de 10% do total de suas dívidas e os fornecedores de insumos com 20% do valor atualizado do crédito. O Tesouro Nacional também participará como agente garantidor, até o limite de 15% do valor total dos financiamentos contratados, caso a inadimplência exceda os recursos do fundo. O risco remanescente será assumido por investidores, que serão remunerados por isso.

A edição da MP atende aos vários elos do agronegócio. Em primeiro lugar ao produtor rural que não conseguiu renegociar suas dívidas com os fornecedores devido à indisponibilidade de garantias reais, que já estavam comprometidas com instituições financeiras. De outro lado, é positiva para os próprios fabricantes e revendas, que também estavam demandando maior liquidez de seus ativos. Por fim, a MP será uma aliada dos bancos que operam o crédito rural mas não podem assumir, integralmente, um maior risco com o setor agropecuário.

A medida beneficia especialmente os produtores de milho, soja e algodão, que tiveram redução de renda nas safras 2004/2005 e 2005/2006, em função de problemas climáticos, de doenças nas lavouras e de preços, além daqueles decorrentes do câmbio. Estes últimos foram provocados pela valorização do real ocorrida entre o período de pré-plantio (custos) e o de comercialização da safra (receita).

Apoio à comercialização de milho

O governo federal vai apoiar a comercialização de milho nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e na região de Barreiras (BA). Para isso, destinará R\$ 350 milhões a serem utilizados em operações de Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro). O valor é suficiente para movimentar 4,7 milhões de toneladas de milho. Até o início de setembro, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizará seis leilões de PEP e seis de Pepro.

A intenção é sustentar os preços do produto em função do excesso de oferta. A produção da safra é de 53,4 milhões de toneladas, para um consumo de 40 milhões. Com o aumento da oferta, há uma tendência de queda nos preços, que estão abaixo do mínimo estabelecido pelo governo federal nesses três estados e em Barreiras.

Em Mato Grosso, a saca do produto está sendo comercializada entre R\$ 8,50 e R\$ 9,00, ante um preço mínimo fixado em R\$ 11,00. Em Mato Grosso do Sul, Goiás e Barreiras o preço mínimo é de cerca de R\$ 14,00 e o produtor está recebendo R\$ 13,50.

O governo trabalha com a hipótese de sair do mercado caso haja uma recuperação dos preços pagos ao produtor. A probabilidade disso acontecer é irrisória. A entrada da safrinha de milho pressionará os preços de mercado para baixo. A produção será de 14,0 milhões de toneladas. Os embarques deverão ficar próximos de 7 milhões de toneladas, com a intensificação do fluxo no segundo semestre. No momento, a prioridade no primeiro semestre é enviar a soja.

Especulação com a soja

Carro chefe da produção nacional de grãos, a cultura já atrai todas as atenções dos analistas. O cenário de crescimento para a oleaginosa coloca na mesa a pergunta de quanto será o aumento da área de plantio? Os produtores ficarão reféns de cenários otimistas? Da queda ocorrida na área plantada, nas duas últimas temporadas, de 2,7 milhões de hectares, quanto retornará à produção?

Para o ciclo 2007/08, a previsão nos Estados Unidos é de uma produção de 74 milhões de toneladas em uma área plantada de 22,5 milhões de hectares. O momento é sensível. A reação do mercado é explosiva e instantânea diante de qualquer acidente climático. Isso dosará bastante a movimentação nos campos do Centro-Oeste brasileiro. Para o bushell do grão, romper a barreira de 90 centavos de dólar é uma tendência mais concreta que cair abaixo de 80 centavos de dólar.

Brasil: safra de grãos (mil toneladas)

Culturas	Safra			
	2005/06	2006/07 Maio *	2006/07 Junho *	2006/07 Julho *
Soja	53.414	57.551	58.020	58.040
Milho total	42.515	51.064	50.659	50.568
Feijão total	3.471	3.547	3.366	3.351
Arroz	11.722	11.269	11.405	11.506
Trigo	4.873	2.254	2.254	2.234
Algodão (pluma)	1.038	1.439	1.456	1.457
Outros	3.237	2.794	2.704	2.722

* Previsão. Fonte: Conab

Custos de produção

Alta dos fertilizantes preocupa

COM OS olhos dirigidos para o plantio da safra 2007/08, as grandes referências para a tomada de decisão são os cenários de mercado e as planilhas dos custos de produção.

Aparentemente, a situação deveria ser de euforia, principalmente nos produtos exportados, como o algodão, milho e soja, diante de seus preços internacionais. Porém, a valorização do real diante do dólar coloca os investimentos de muitas regiões sob condição sensível de risco. De um modo geral, o quadro de rentabilidade é mais positivo no Sul, com perda de força nas áreas mais distante dos estados do Oeste, onde uma intervenção do governo é vital, como já mencionado,

Sem perspectiva de mudança no câmbio e até sob uma perspectiva remota de acomodação das cotações em patamares menores que os atuais, o comportamento dos preços dos insumos é alvo de atenção dos produtores.

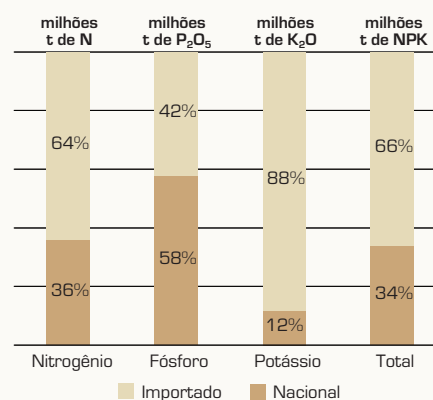
A evolução dos preços de fertilizantes assusta bastante. O crescimento estava fora das previsões da própria indústria. De longe, é a grande fonte de pressão nos custos de produção. Nas sementes, os preços ficaram aquém da inflação nos dois últimos anos. Nos defensivos o aumento foi módico, com raras exceções. Os combustíveis também estão dentro da previsibilidade dos preços.

Com essa situação, a relação do campo com as indústrias, em especial a de fertilizantes, fica tensa. O setor alega a subida dos preços das matérias primas importadas que, no total, representam dois terços da oferta nacional. O saldo mundial entre demanda e produção está bem apertado. Cerca de 80% do preço do produto correspondem às despesas com preço de aquisição no porto de embarque (FOB) e o frete.

Por sua vez, a cotação elevada do petróleo reflete sobre os fretes, os insumos e provoca a febre do etanol, com aumento não apenas nos preços das *commodities* mas, também, nas transferências de áreas e de produções agrícolas de alimentos para a produção de biocombustíveis. Nessa movimentação, o setor de fertilizantes sofre pressão de consumo e as suas cotações também sobem.

São poucos os *players* com atuação na oferta mundial de fosfato (cinco produtores de quatro países exportadores) e potássio (cinco produtores de cinco países exportadores). Um grau de concentração

Brasil: oferta de matéria prima para fertilizantes, 2006 (mil toneladas)



Fonte: Andia

Custo de produção por hectare

Produto/Local	Produtividade	Custo Variável		
		Maio/06	Maio/07	Variação %
Algodão				
Rondonópolis	220 @	4.260	4.635	8,8
Arroz Irrigado				
Cachoeira do Sul	120 sc 50 kg	1.886	2.033	7,8
Itaqui	130 sc 50 kg	1.960	2.234	14,0
Arroz de Sequeiro				
Sorriso	65 sc 60 kg	1.188	1.286	8,2
Milho				
Rio Verde	100 sc 60 kg	1.239	1.304	5,2
Soja				
Primavera do Leste	50 sc 60 kg	941	935	-0,6
Campo Mourão	45 sc 60 kg	872	863	-1,0

Fonte: Conab

Variação dos preços agrícolas, maio/05 a maio/06 (%)

Cultura	Fertilizantes	Defensivos
Algodão	26,1	2,0
Arroz irrigado	18,2	0,6
Arroz de sequeiro	12,4	4,3
Milho	18,4	3,2
Soja	33,8	6,6

Fonte: Conab

Mercado mundial: preços das matérias primas de fertilizantes (US\$/tonelada)

Matéria prima	Janeiro/2002	Junho/2006	Junho/2007
Sulfato de amônia	83	117	180
Uréia	123	243	230
Fosfato monoamônico - MAP	160	285	480
Fosfato super triplo	152	212	390
Cloreto de potássio	138	183	265

Fonte: Andia

forte de empresas. Na uréia a comercialização é via *traders*, é menos concentrada, porém com oferta restrita. Já no sulfato de amônio, o mercado é bem concentrado.

Na verdade, se a potencialidade brasileira é enorme para a produção de alimento, fibras e energia renovável, existem gargalos para serem analisados e desobstruídos. A questão da infraestrutura e logística do agronegócio é uma reivindicação antiga e amplamente alardeada. Agora, aparece o tema da disponibilidade de fertilizantes, um insumo crucial para enriquecer os solos nacionais, como os dos cerrados, normalmente com deficiência de nutrientes.

No Brasil, na parte de defensivos, nos últimos 3 anos:

- Os produtos genéricos assumiram e ampliaram a liderança no mercado nacional em volume (82%) e faturamento (54%);
- A participação no custo final de produção teve queda substancial;

Agricultura familiar R\$ 12 bilhões para o Pronaf

O MINISTÉRIO do Desenvolvimento Agrário (MDA) nas diversas linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), disponibilizará R\$ 12 bilhões na safra 2007/08 para cerca de 2,2 milhões de famílias, com uma série de medidas, como:

Ampliação dos limites de financiamento

A medida garantirá futuras lavouras com máximo potencial produtivo e com menor risco de perdas, caso ocorram proble-

Variação de preço de insumos e máquinas

Item	Maio/05 (1)	Maio/06 (2)	Maio/07 (3)	(3)/(1)	(3)/(2)
1. Semente Deslintada de Algodão (R\$/kg)					
Mato Grosso	5,10	3,50	4,25	-16,67%	21,43%
Paraná	7,18	4,00	5,20	-27,58%	30,00%
2. Semente Fiscalizada de Feijão (R\$/50 kg)					
Paraná	135,00	130,50	125,00	-7,41%	-4,21%
3. Semente de Milho Híbrido - Média tecnologia (R\$/60.000 sementes)					
Rio Grande do Sul	165,00	134,40	141,06	-14,51%	4,96%
Mato Grosso	150,00	128,00	110,00	-26,67%	-14,06%
Semente de Milho Híbrido - Alta tecnologia (R\$/60.000 sementes)					
Paraná	198,2	197,6	189,61	-4,24%	-4,04%
Mato Grosso	189,19	191,00	180,00	-4,86%	-5,76%
Semente Fiscalizada de Soja (R\$/50 kg)					
Mato Grosso	96,50	62,50	67,50	-30,05%	8,00%
Paraná	71,50	46,00	48,90	-31,61%	6,30%
Cloreto de Potássio (R\$/tonelada)					
Mato Grosso	790,00	725,00	750,25	-5,03%	3,48%
Paraná	796,00	642,20	733,51	-7,85%	14,22%
Sulfato de Amônia (R\$/tonelada)					
Paraná	684,61	465,97	611,51	-10,68%	31,23%
Mato Grosso	585,00	460,00	701,25	-19,87%	52,45%
Superfosfato Simples (R\$/tonelada)					
Mato Grosso	615,00	654,73	602,00	-2,11%	-8,05%
Paraná	533,96	421,94	552,83	3,53%	31,02%
Uréia (R\$/tonelada)					
Mato Grosso	961,00	1102,39	1118,00	16,34%	1,42%
Paraná	945,08	790,67	983,40	4,05%	24,38%
Aduto 00-20-20 (R\$/tonelada)					
Paraná	693,23	561,34	679,06	-2,04%	20,97%
Aduto 05-25-25 (R\$/tonelada)					
Paraná	812,00	794,32	885,88	9,10%	11,53%
Inseticida Dimilin (R\$/litro)					
Mato Grosso	160,00	87,50	85,00	-46,88%	-2,86%
Paraná	156,00	107,48	105,11	-32,62%	-2,21%
Inseticida Decis 50 CE (R\$/litro)					
Paraná	92,41	113,00	119,02	28,80%	5,33%
Fungicida Tecto 100 (R\$/litro)					
Mato Grosso	45,14	34,79	32,17	-28,73%	-28,01%
Paraná	46,25	59,00	33,00	-28,65%	-22,54%
Fungicida Derosal 500 SC (R\$/litro)					
Mato Grosso	52,50	45,27	32,59	-37,92%	-7,53%
Paraná	55,51	37,49	29,04	-47,69%	-44,07%
Fungicida Rhodiauram 700 (R\$/litro)					
Mato Grosso	28,00	28,56	29,17	4,18%	2,14%
Paraná	30,50	28,56	28,81	-5,54%	0,88%
Herbicida Pivot (R\$/litros)					
Mato Grosso	69,12	47,00	30,00	-56,60%	-36,17%
Paraná	58,82	34,44	32,80	-44,24%	-4,76%
Herbicida Roundup Original (R\$/5 litros)					
Mato Grosso	75,95	50,00	51,50	-32,10%	3,00%
Paraná	53,65	49,70	68,45	27,59%	37,73%
Óleo diesel (R\$/litro)					
Paraná	1,66	1,92	1,86	12,05%	-3,12%
Trator MF - 4x4 - 85 CV (R\$/unidade)					
Mato Grosso	88.548	91.021	77.000	-13,04%	-15,40%
Paraná	72.000	80.000	89.900	24,86%	12,38%
Trator MF - 292 - 4x4 - 105 CV (R\$/unidade)					
Mato Grosso	120.000	101.230	108.500	-9,58%	7,18%
Paraná	108.833	103.066	95.835	-11,94%	-7,02%
Automotriz MF - 3640 - 125 CV (R\$/unidade)					
Mato Grosso	323.000	368.290	257.082	-20,41%	-30,20%
Paraná	260.200	240.334	275.577	5,91%	14,66%

Fonte: Conab

mas climáticos como a seca, o excesso de chuvas ou outros eventos desfavoráveis.

Limites de financiamento

Grupo	Safra 2006/07	Safra 2007/08
A/C	R\$ 3.000,00	R\$ 3.500,00
C	R\$ 4.000,00	R\$ 5.000,00
D	R\$ 8.000,00	R\$ 10.000,00
E	R\$ 28.000,00	R\$ 28.000,00

Fonte: MDA

Aumento dos limites de renda

A ampliação para enquadramento dos agricultores:

Limites de renda

Grupo	Safra 2006/07	Safra 2007/08
B	R\$ 3.000,00	R\$ 4.000,00
C	R\$ 16.000,00	R\$ 18.000,00
D	R\$ 45.000,00	R\$ 50.000,00
E	R\$ 80.000,00	R\$ 110.000,00

Fonte: MDA

Ampliação dos serviços de assistência técnica

O Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar (Dater/SAF/MDA) apoiará as organizações governamentais e não-governamentais que estimulem a estruturação e a atuação em rede e potencializem os recursos disponíveis, ampliando a oferta de assistência técnica e extensão rural.

Serão ampliadas as parcerias com os governos estaduais e, ainda, aperfeiçoadas as relações com instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) não-estatais. As prioridades serão:

- Ampliar os serviços de Ater para os beneficiários do Pronaf;
- Qualificar o Grupo B e os créditos para investimento das demais linhas;

Os recursos dotados são de R\$ 168 milhões, para capacitar 20 mil técnicos das instituições parceiras, com o objetivo de divulgar do Plano Safra e organizar de arranjos produtivos nos estados e regiões.

Linha Pronaf ECO

Recursos para os Grupos C, D ou E investirem na implantação de tecnolo-

Taxas de juros menores

Grupo/modalidade	Juros		Índice de redução
	Safra 2006/07	Safra 2007/08	
Grupo A investimento	1,15%	0,5%	56%
Grupo B investimento	1%	0,5%	50%
Grupo C custeio	4%	3%	25%
Grupo C investimento	3%	2%	33%
Grupo D custeio	4%	3%	25%
Grupo D investimento	3%	2%	33%
Grupo E custeio e investimento	7,25%	5,5%	24%

Fonte: MDA

Produção recorde na safra 2006/07

A safra brasileira de grãos 2006/07 será de 130,5 milhões de toneladas, 6,5% superior ao registrado no ciclo anterior, de 122,5 milhões/t. O número faz parte da décima pesquisa realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O levantamento consolida os números dos principais produtos da safra de verão (soja, milho primeira safra, arroz) e totaliza 90% da safra colhida. Falta fazer futuramente pequenos ajustes na produção do algodão e milho safrinha (segunda safra).

O milho safrinha pode sofrer baixas em função do clima adverso, como estiagem e baixas temperaturas nas regiões produtoras. A colheita do algodão está em fase inicial nos principais estados produtores (MT, GO e BA).

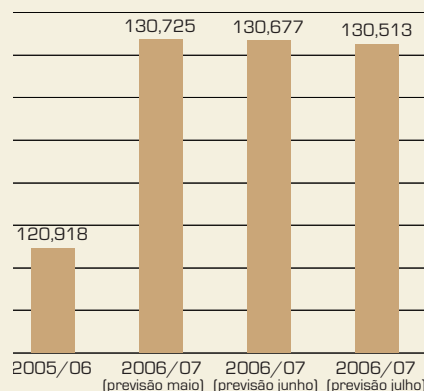
Apesar da retração na área cultivada de 3,9% (1,86 milhão de hectares), a produção foi impulsionada pelas boas condições climáticas durante o ciclo das culturas e pela incorporação de tecnologias agrícolas. A cultura mais atingida foi a soja, com área 9,3% menor (de 22,7 para 20,6 milhões de hectares). Em contrapartida, o milho safrinha teve a área ampliada em 32,7% (de 3,3 para 4,4 milhões de hectares).

Em relação à safra 2005/06, o crescimento mais significativo foi no milho total, com aumento de 18,9% (de 42,5 para 50,6 milhões de toneladas). Na soja houve incremento de 5,5% (55,0 para 58,0 milhões toneladas) e no algodão-carão 36% (de 1,7 para 2,3 milhões toneladas).

Por outro lado, ocorreu redução no arroz de 3,5% (de 11,7 para 11,3 milhões toneladas) e no feijão total de 3,5% (de 3,5 para 3,4 milhões/t), consequência do baixo preço do produto no mercado e da falta de chuvas nos meses de março e abril na Região Centro-Oeste.

Diante desse desempenho, não haverá problemas de abastecimento de grãos. A produção é suficiente para atender a demanda interna, com sobras para a exportação, principalmente, no caso da soja e do milho.

Brasil: produção de grãos (milhões toneladas)



Fonte: Conab

gias de energia renovável (energia solar, eólica, biomassa, miniusinas para biocombustíveis) e na substituição da tecnologia de combustível fóssil para renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas.

Também serão financiadas:

- Tecnologias ambientais (estação de tratamento de água, dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem);
- Armazenamento hídrico (como o uso de cisternas, barragens, barragens subterrâneas, caixas d'água e outras estruturas de armazenamento e distribuição);
- Instalação e ligação de água ou ainda pequenos aproveitamentos hidroenergéticos.

A nova linha permite o financiamento para a produção madeireira e não-madeireira. A linha apresenta juros de 2% ao ano para famílias agricultoras dos Grupos C e D e de 5,5% ao ano para as do Grupo E, com até oito anos de carência. O prazo de pagamento pode chegar até oito anos, caso a atividade exija. Os limites de financiamento variarão conforme o grupo do e os recursos acessados de forma individual, coletiva ou em grupo.

Cadeias de combustíveis renováveis

Com o objetivo de inserir a agricultura familiar em um dos setores agrícolas mais importantes para o País, além de contribuir para a redução do nível de poluentes na atmosfera e o aquecimento global, serão destinados R\$ 10 milhões no setor de combustíveis renováveis, inclusive na cana-de-açúcar para a produção de etanol.

Financiamento das atividades florestais

A linha do Pronaf Floresta financiará o manejo florestal e o plano de manejo para serem aplicados na recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente, de reserva legal e na recuperação de áreas degradadas.

Mais crédito para diversificação

Os contratos para o custeio de duas ou mais atividades produtivas na mesma safra terão um adicional de recursos de 20% para aplicação em outras atividades geradoras de renda, com investimentos em artesanato, na produção de alimentos de consumo local, na criação de pequenos animais, no cultivo de plantas aromáticas e de uso medicinal etc.

Promoção da inclusão digital

Recursos para a aquisição de computadores e programas de informática, sempre que o projeto técnico demonstrar a necessidade, comprovar retorno financeiro e capacidade de pagamento.

Análise

Oportunidades e riscos da agricultura

Gervásio Castro de Rezende*
Ana Cecília Kreter**
Felipe Mosa***

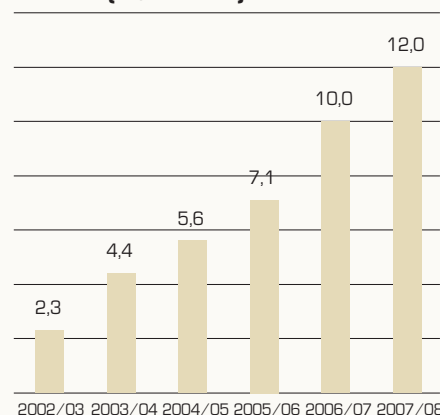
APÓS DOIS anos de frustrações de renda, tanto por razões climáticas quanto por preços desfavoráveis, o setor agrícola brasileiro está sendo beneficiado na safra 2006/07, devido a:

1. Elevações significativas dos preços internacionais de milho, soja e trigo, com a decisão dos Estados Unidos de ampliar a agricultura para fins energéticos.

2. Boas condições climáticas, que compensaram a redução na área plantada.

Já a conjuntura na cadeia sucroalcooleira não está igualmente positiva. A queda dos preços do açúcar e do álcool aumenta o risco associado à sua taxa de retorno. Como a imobilização de capital é alta, a questão é obviamente muito mais séria. A área de grãos

Brasil: recursos para agricultura familiar (R\$ bilhões)



Fonte: MDA

pode ajustar-se à crise, por meio de uma contração no seu nível de atividade para amortecer o impacto de uma eventual crise, como aconteceu no biênio 2005 e 2006.

Diante dessa situação, o governo deve promover ao máximo o financiamento privado à expansão do setor sucroalcooleiro, inclusive por meio do mercado de capitais nacional e internacional. Não é o caso de repetir a expansão à base de fundos públicos ocorrida na área de grãos, pois a experiência histórica brasileira mostra que, nesses casos, quando há eventos adversos, o Tesouro Nacional sempre arca com o prejuízo.

Os preços da soja, milho e trigo apresentaram uma alta surpreendente de setembro de 2006 a abril de 2007. Devidamente dessazonalizados, os preços reais desses produtos subiram 25%, 50% e 15%, respectivamente, no mercado interno. Externamente, o movimento foi mais forte, com uma subida de 57% no milho, 26% na soja e 14% no trigo. O impacto no mercado doméstico, obviamente, foi em parte neutralizado pela apreciação cambial, de 3,3% no período.

A elevação abrupta de preços, em condições de completa normalidade do ano agrícola americano 2006/2007, decorreu do anúncio do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, das novas metas da produção de etanol derivado do milho.

As indústrias de etanol nos Estados Unidos dobraram o volume de milho processado, de 27 milhões para 58 milhões de toneladas. Isso fez o preço do milho aumentar instantaneamente, com reflexo nos demais grãos, especialmente na soja e no trigo, que competem com o milho no uso de área.

Existe uma forte competição no uso de área entre o milho e a soja nos Estados Unidos. A área plantada com milho no atual ano agrícola americano cresceu 5 milhões de hectares, enquanto a área plantada com a soja diminuiu 3,4 milhões de hectares. O efeito sobre a quantidade produzida desses grãos será, no caso do milho, um acréscimo de 48,9 milhões de toneladas, enquanto a produção de soja cairá 12 milhões de toneladas.

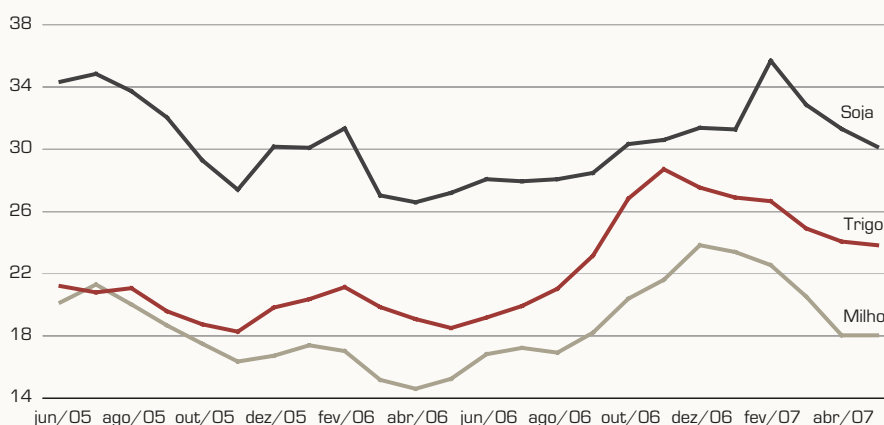
Para se fazer uma idéia da dimensão dessas variações na produção americana de milho e soja, basta notar que a produção brasileira de milho, no ano agrícola 2005/2006, foi de 41,7 milhões de toneladas, enquanto a produção de soja foi de 58,8 milhões de toneladas.

Esse aumento esperado na colheita americana de milho resulta, em parte, de uma quebra na produção da safra 2006/07, de 267,6 milhões de toneladas, contra 282,0 milhões de toneladas na safra 2005/06.

Esse maior estímulo à produção de milho, nos Estados Unidos, e a alta de preços domésticos dos grãos contribuirão para uma menor pressão por subsídios e dar novos caminhos para os acordos comerciais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

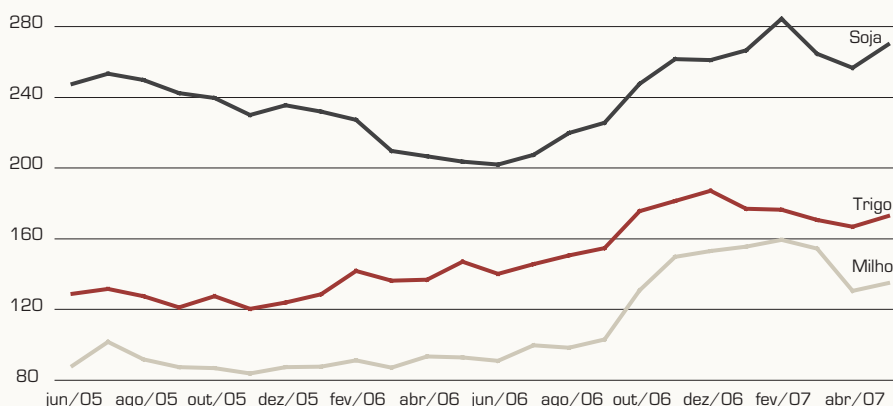
No que se refere aos produtos animais cabe, primeiro, fazer referência ao comportamento dos preços do boi gordo e às perspectivas para os próximos meses. Há uma expectativa de aumento, no início do próximo ano, de 10% nos preços atuais. Isso será uma repetição do padrão ocorrido entre o ano passado e o começo deste ano. Não parece haver, assim, qualquer efeito da alta dos preços dos grãos sobre os preços da carne bovina.

Preços domésticos dessazonalizados de soja, trigo e milho (R\$/saca 60 kg)



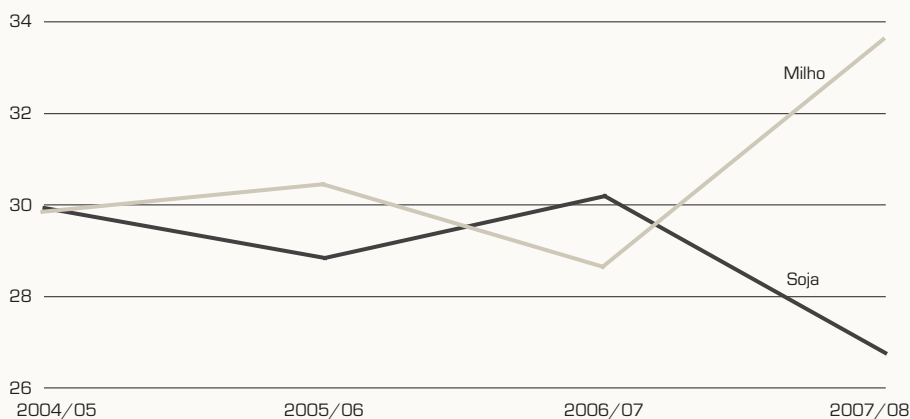
Em R\$ de maio de 2007, deflator: IPCA
Fonte: Conab e Seab

Preços internacionais dessazonalizados de soja, trigo e milho (US\$/t)



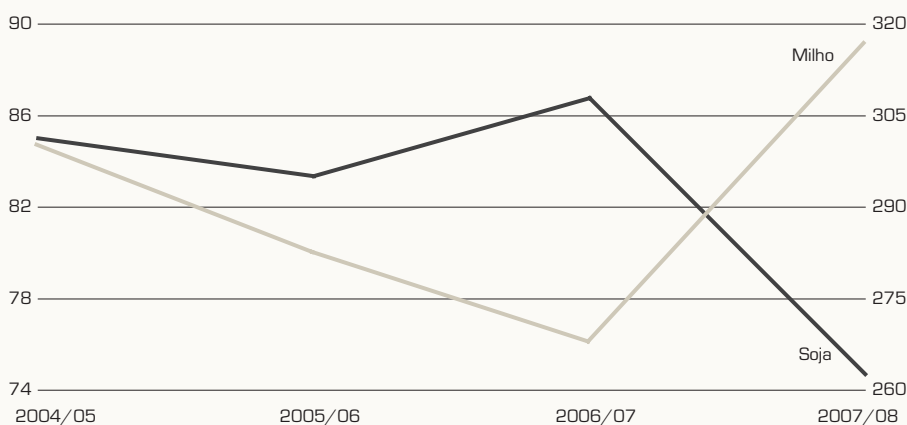
Em US\$ de abril de 2007, deflator: CPI
Fonte: Conab

Estados Unidos: área plantada de milho e soja (milhões de hectares)



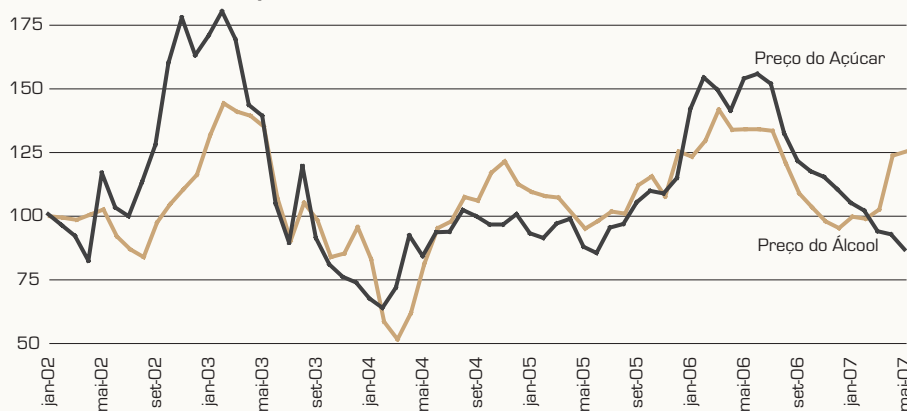
Fonte: Usda

Estados Unidos: produção de milho e soja (milhões de toneladas)



Fonte: USDA

Brasil: Evolução dos preços dessazonalizados de açúcar e álcool anidro



(Em R\$ de maio de 2007, deflator: IPCA)
(índice jan/02 = 100)
Fonte: Cepea

Já o preço do leite sofre alta desde julho de 2006, depois de uma queda a partir de fevereiro de 2005. O preço médio atual do litro é de R\$ 0,58, enquanto no período pós 2000 foi de R\$ 0,54. Um efeito de alta dos preços dos grãos parece ainda ter chegado sobre aves e suínos.

Em contraste com o comportamento dos preços dos grãos, o comportamento dos preços domésticos do açúcar e do álcool foi francamente desfavorável, acompanhando muito de perto o que se passou no mercado internacional, especialmente em função da flexibilidade na destinação da cana-de-açúcar à produção de açúcar

ou de álcool, o que resulta em uma relação estreita entre os preços do açúcar e do álcool no Brasil.

Esse comportamento cíclico dos preços do açúcar e do álcool merece uma análise mais profunda, que vai além dos limites de uma análise de conjuntura, como a presente. É possível conjecturar que o comportamento de longo prazo dos preços de açúcar e álcool, no Brasil, se revele também muito instável.

Um conjunto de fatores afeta o nascente mercado externo de etanol:

- A concorrência com outros países na produção da cana-de-açúcar (como é

o caso da Índia) e de outros produtos na produção de etanol (milho e celulose);

- O próprio biodiesel, em franca expansão em várias partes do mundo;
- Mudanças tecnológicas e ganhos de produtividades;
- Queda do preço do petróleo, de seus níveis atuais.

Esses riscos e instabilidades para o setor de açúcar e álcool no Brasil devem ser considerados, sobretudo tendo em conta a forte imobilização de capital na parte industrial. Os financiamentos de projetos a partir do mercado financeiro privado, incluindo-se o mercado de capitais internacional, ou por meio de financiamento público, como, por exemplo, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), são questões estratégicas.

O forte endividamento corrente da agricultura de grãos, no Brasil, formou-se em grande parte no período anterior ao boom, entre 1999 e 2004, com concessão muito generosa de empréstimos para investimentos, provenientes principalmente do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos Fundos Regionais.

A tendência de financiamento por intermédio do fomento ao sistema financeiro privado e também ao próprio mercado de capitais para expansão do setor sucroalcooleiro deve ser estimulada. Paralelamente, poder-se-ia também fomentar o desenvolvimento do sistema de seguro agrícola, em face da importância do risco climático na agricultura, bem como promover o desenvolvimento das bolsas de mercadorias. Deve-se evitar a política do café praticada na República Velha, caracterizada pela “privatização dos lucros e socialização dos prejuízos”, segundo Celso Furtado. ■

* Pesquisador da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea e professor da Uerj

** Assistente de pesquisa do Ipea e Doutoranda em Economia pela UFF

*** Estagiário

Ver trabalho original

Ipea. Boletim de Conjuntura. Junho de 2007. Política Agrícola